



A pecuária no Brasil e em Goiás: retratos do Censo Agropecuário 2017

Livestock in Brazil and in Goiás State: portraits from the 2017 agricultural censos

Edson Batista da Silva¹ 

Resumo

Este texto analisa os dados do Censo Agropecuário-2017, especificamente as variáveis de produção pecuária segundo distintos grupos de área. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e da internet. Os resultados demonstram a eficiência e a eficácia dos pequenos estabelecimentos agropecuários. Neles, apesar do menor domínio de terras, se concentram a criação de animais de distintos ramos da pecuária. Os grandes edifícios rurais não são sinônimo de produção imponente, a despeito da alta concentração de áreas. Os grupos sem área, facilmente nomeados de grupos sem-terra, sinalizam assentimento do Estado com sujeitos sociais desterrados. Eles, mesmo nestas condições, desenvolvem atividades produtivas. Os médios estratos também têm algum vulto nos ramos da pecuária. Depreende-se a perpetuação no Brasil da terra utilizada como reserva de valor, reserva patrimonial e o descumprimento da função social da terra. Igualmente, a urgência da reforma agrária, o estabelecimento de um limite de propriedade, com democratização do direito à terra e ao território, para garantia da justiça social, distribuição de renda e democratização do campo brasileiro.

Palavras-chave: campesinato; estabelecimentos agropecuários; agricultura familiar; Censo Agropecuário.

Abstract

This text analyzes the data from the 2017 Agricultural Census, specifically the livestock production variables according to different area groups. For this purpose, it was used bibliographical documents and the Internet. The results show the efficiency and effectiveness of small agricultural establishments. On them, despite the smaller area of land, there is a concentration of animals from different branches of livestock farming. Large rural buildings are not synonymous with impressive production, despite the high concentration of areas. The groups without areas, easily referred to as landless groups, signal assent of the State with dispossessed social subjects. They, even in these conditions, carry out productive activities. The middle strata also have a presence in the livestock sector. It is deduced the perpetuation in Brazil of land used as a reserve of value, a patrimonial reserve and non-compliance with the social function of land. Likewise,

¹ Universidade Estadual de Goiás (UEG), Mestrado Acadêmico de Geografia (PPGEO), Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER). E-mail: edson.silva@ueg.br

there is an urgent need for agrarian reform, the establishment of a porpeta limit, with democratization of the right to land and territory, in order to guarantee social justice, income distribution and the democratization of the Brazilian countryside.

Keywords: peasantry; agricultural establishments; family farming; agricultural census.

Introdução

Este artigo origina-se do projeto de pesquisa intitulado “*A produção agropecuária da agricultura familiar em Goiás: cercamento ao campesinato e acesso as políticas públicas*”, financiado pela chamada universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sob o nº 409.268/2023-2. Barbosa; Mitidiero Júnior; Sá (2017) argumentam que o agronegócio buscou dilacerar o Censo Agropecuário-2016, realizado em 2017. O Censo Agropecuário-2006, especificamente o volume especial da agricultura familiar, mostrou que agricultores familiares tinham mais estabelecimentos, menor área, mas produziam mais alimentos que os agricultores não-familiares.

Conforme os autores, ainda assim, os dados apresentados estavam aquém da realidade. O Censo Agropecuário-2017, feito pós golpe jurídico/parlamentar/midiático, foi processado e publicado no governo de extrema direita de Jair Messias Bolsonaro (Mitidiero Júnior, 2022). Dado a conjuntura e as influências ideológicas, houve corte de cerca de 60% das questões comparadas ao censo de 2006, com atenção àquelas relacionadas aos pequenos estabelecimentos da reforma agrária. Meio milhão de agricultores familiares foram eliminados e o volume especial da agricultura familiar foi extinto. Também houve redução de 54,5% das questões da produção animal.

Mitidiero Júnior (2022) defendeu que o corte de questões caracterizadoras da diversidade da agropecuária brasileira invisibilizou a agricultura familiar e o campesinato. Soma-se a isso a curiosa coleta de dados para a Confederação Nacional da Agricultura-CNA. O agronegócio não apenas determinou cortes no questionário, também foi premiado, por meio do erário público, para geração de dados de seu interesse (Mitidiero Júnior, 2022). Diante disso, indaga-se: Os números de produção da agricultura familiar no Censo Agropecuário-2017, especificamente da produção animal, quando se comparam distintos grupos de área, reafirmam o cerco institucional do campesinato?

O objetivo é analisar os dados do Censo Agropecuário-2017, especificamente as variáveis de produção pecuária segundo distintos grupos de área. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica, documental e na internet. O levantamento, a localização, leitura e fichamento do material relacionado aos censos agropecuários, a agricultura familiar e ao agronegócio serviu como ferramenta à análise. A busca de dados em sítios confiáveis, especificamente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), possibilitou o acesso às variáveis de produção bovina, avícola, suína, apícola, aquícola, da bubalinocultura e caprinocultura.

É importante esclarecer que os dados têm maior detalhamento para estabelecimentos que possuíam efetivos com 50 cabeças ou mais de bovinos, 200 cabeças ou mais de aves, de suínos no momento da coleta (Censo Agropecuário, 2017). O documento expõe a questão: “O questionário aplicado considerou mais de 50 cabeças de bovinos como parâmetro para que maior número de questões referentes fossem formuladas ao informante. (Censo Agropecuário, 2017, p.31).” Isso significa que houve menor atenção às propriedades com menor efetivo de criações animais, o que minorou os números de produção das propriedades camponesas, sobretudo de autoconsumo.

Nas planilhas tabuladas, os dados foram organizados segundo a proposta metodológica de Mitidiero Júnior (2022). Os valores foram agrupados nos estratos de área de 0 a menos de 200ha, considerados pequenos, de 200 a menos de 1.000ha, entendidos como médios, de 1.000 a mais, definidos como grandes. Esclarece-se, para fins de comparação com o Censo Agropecuário, que utiliza o termo estabelecimento agropecuário, que no Brasil o conceito adotado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, o módulo fiscal, vai de 5 a 110ha (INCRA, 2018).

Assim sendo, o pequeno imóvel rural pode ter de 20ha até 440ha, o médio 21ha em áreas que o módulo fiscal corresponde a 5ha e 1.650ha nas localidades em que conforma 110ha, enquanto o grande detém valores que excedem 75ha. O agrupamento usado no texto não sobrevaloriza o pequeno e o médio estabelecimento. O resultado se sustenta em grupos de área, em que o IBGE não usa valores correspondentes aos pequenos, médios e grandes imóveis rurais. O instituto trabalha com a variável estabelecimento, que aufer a produção, não o imóvel rural, que identifica as matrículas de terras de um determinado titular. A disposição sobrestimada dos dados dos pequenos estratos significaria, por exemplo, sua composição pelos estratos de 0 até menos de 500ha.

Procurou-se, neste texto, correlacionar área e produção de alimentos, na escala estadual e nacional, com atenção para a questão agrária, a reforma agrária e a produção de alimentos. Quanto ao grupo conceito produtor sem área, significa empregados que realizam produção agropecuária em estabelecimento do empregador sem relação de arrendamento, parceria, ou em situações raras, que possuíam tais relações anterior à data de referência. Também se refere as ocorrências daqueles que ocupam de forma esporádica áreas públicas e sem dono (Mitidiero Júnior, 2022).

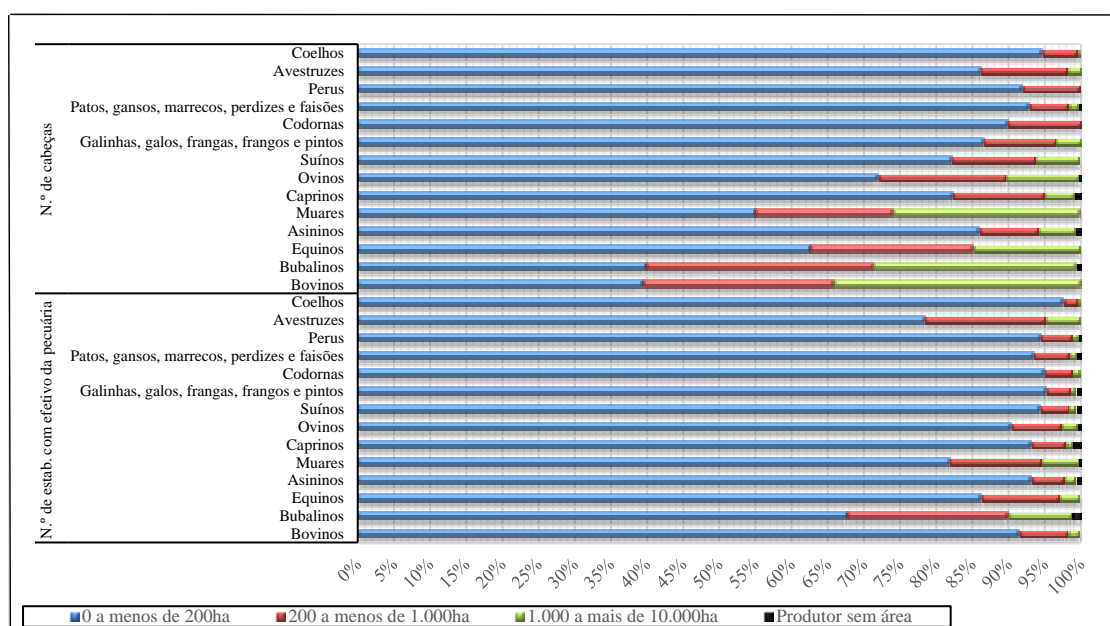
Esse conceito foi corrompido no último censo porque os recenseadores não abriram questionários para o empregado/morador. A produção e a criação foram incorporadas ao dono do estabelecimento. O produtor sem área não contabilizado superdimensionou os dados de produção do estabelecimento em que estava vinculado e escondeu os trabalhadores rurais sem-terra. Os dados tabulados estão expostos em Gráficos. O artigo se divide em duas seções: na primeira se analisa a bovinocultura e sua dotação técnica, na segunda se discutem outros ramos da pecuária.

A produção bovina no Brasil e em Goiás, segundo distintos grupos de área

O Brasil detinha, em 2017, 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, desses, 1.175.916 eram não familiares, contidos em 270.398.732ha, 3.897.408 eram familiares, circunscritos em 80.891.084ha (Censo Agropecuário, 2017). Desse montante, no Brasil, 4.006.656 possuíam efetivos da pecuária, em Goiás eram 142.674 estabelecimentos nesta atividade. No Gráfico 1, observa-se, num primeiro momento, o percentual de participação de diferentes estratos de área nos diferentes ramos da pecuária.

No segundo momento, nota-se a percentagem de cabeças de espécies animais por diferentes grupos de área. Os estabelecimentos de 0 a menos de 200ha são aproximadamente 92% dos que criam bovinos, 67% dos bubalinos, 86% dos equinos, 93% dos asininos, 82% dos muares, 94% dos caprinos, 90% dos ovinos, 97% dos coelhos e de 94% a 77% dos galináceos. Os estabelecimentos de 200 a menos de 1.000ha tem participação com algum vulto na criação de bubalinos, 22%, avestruzes, 16%, muares, 12%. Os grandes estratos de área contam com alguma participação na criação de avestruzes (5%), muares (5%), bubalinos (9%), enquanto os produtores sem área possuem participação irrisória em todas as criações apresentadas.

Gráfico 1 – Brasil: percentual de estabelecimentos agropecuários com presença de pecuária e efetivos da pecuária em nº de cabeças em distintos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

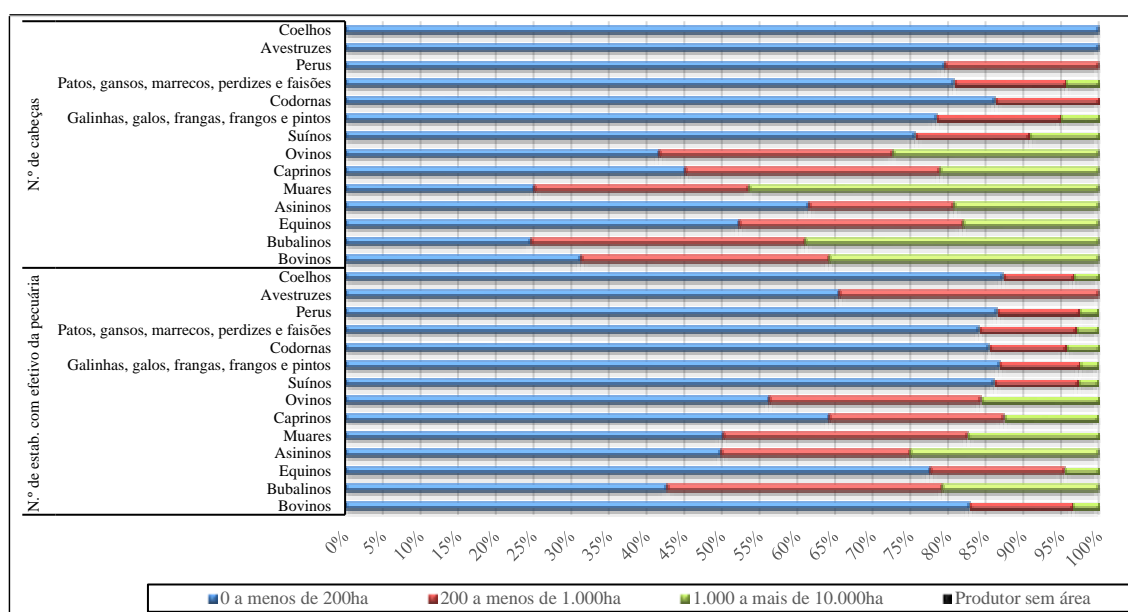
Elaboração: Silva, Edson B.

Na variável “*número de cabeças*”, há maior variação nos distintos estratos. Os pequenos estabelecimentos reduzem o percentual na criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos, mas controlam 40% das cab. de bovinos, 63% de bubalinos, 82% de equinos, 71% de caprinos, 82% de suínos, 94% de coelhos e de 86% a 93% de galináceos. As médias unidades possuem significância no controle de cab. de bovinos 27%, bubalinos 32%, equinos 22%, muare 18%. Os grandes estratos possuem maior monta no domínio de cab. de bovinos 33%, bubalinos 28%, muare 25%, enquanto os produtores sem área têm peso irrisório na criação de caprinos, asininos, bubalinos.

Conforme o IBGE/SIDRA (2019), os pequenos estabelecimentos detêm 1.331.909.217 cab. do efetivo de animais da pecuária brasileira, os médios, 192.724.662cab., os grandes, 111.783.273cab. e os produtores sem área, 1.042.209cab. Ainda que se considere a criação de bovinos, historicamente associada aos latifúndios, os pequenos estabelecimentos controlam 68.120.450cab., os médios, 45.617.092cab., os grandes, 58.891.140cab. e os produtores sem área, 90.482cab. No Gráfico 2 nota-se, de modo geral, maior alcance dos médios e grandes estabelecimentos na produção pecuária em Goiás. Também há maior controle de efetivo de cab. nas distintas atividades. Há

142.674 unidades vinculadas à pecuária no estado, com o efetivo de 117.094.596cab. Desse total, os pequenos estratos detêm 83.655.207cab., os médios 22.293.674cab., os grandes estabelecimentos 11.135.809cab. e os produtores sem área 9.906cab.

Gráfico 2 – Goiás: percentual de estabelecimentos agropecuários com presença de pecuária e efetivos da pecuária em nº de cabeças em distintos grupos de área – 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

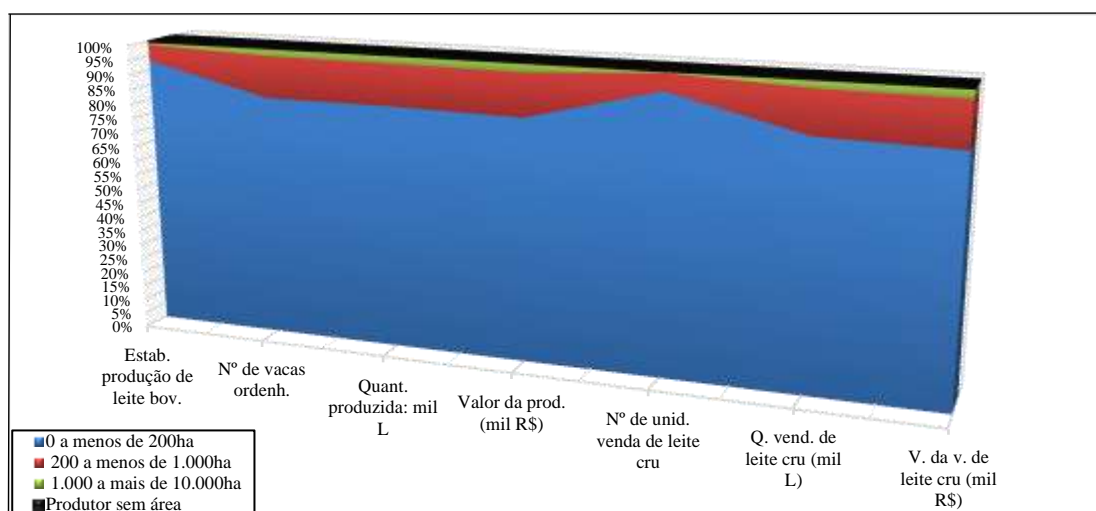
Elaboração: Silva, Edson B.

Os estratos de área de 200 a menos de 1.000ha têm algum peso na criação de búfalos, asininos, caprinos, muares, ovinos, avestruzes. Também possuem percentual de cab. de algum relevo na criação de bovinos. Apesar de integrar a produção de avestruzes e coelhos, não há dados destes animais para os médios estabelecimentos. Os grupos de área de 1.000 a mais de 10.000ha contam com alguma monta na percentagem de cab. de bovinos, bubalinos, muares, asininos, ovinos caprinos, equinos. Contudo, os pequenos estratos dispõem de 100% das cab. de coelhos e avestruzes, de 70% a 86% dos galináceos, 76% dos suínos, 62% dos asininos, 51% dos equinos e valores inferiores a 30% somente na criação de muares e bubalinos.

Os grupos sem área contam com ínfima participação na pecuária goiana. Informa-se que na exposição, dado os objetivos, os limites de redação do texto, não se apresentou os números de valor de produção, o que não impede de mencioná-lo na segmentação dos dados da pecuária. O certo é que na estratificação dos dados, observa-se o predomínio dos pequenos estabelecimentos na atividade leiteira, que são 1.097.432 pequenos

estabelecimentos, com 9.538.703 vacas ordenhadas, 25.030.618 litros de leite produzidos, R\$26.607.405,00 obtidos, 593.883 unidades vendedoras de leite cru², com R\$22.653.337,00 de valor da venda arrecadado (Gráfico 3). Por outro lado, os estratos médios têm 65.262 unidades produtivas, com 1.651.382 vacas ordenhadas, 4.265.171 litros de leite retirados, R\$4.711.809,00 conquistados, 36.186 propriedades comercializadoras de leite cru, com valor de venda de R\$4.201.511,00.

Gráfico 3 – Brasil: percentual da produção leiteira em distintos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

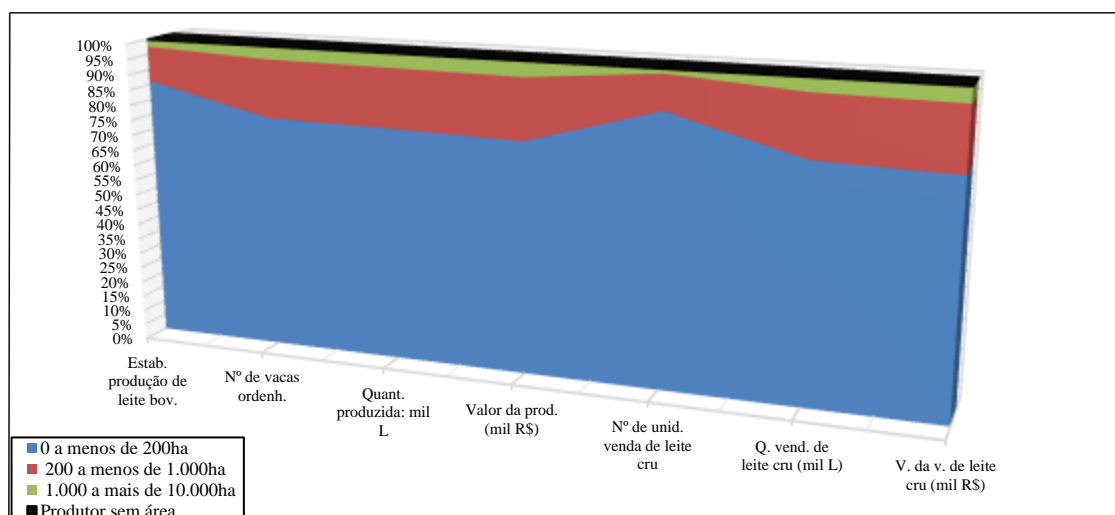
Os grandes estabelecimentos detêm 11.398 unidades, com 307.769 vacas ordenhadas, 845.646 litros de leite obtidos, R\$1.010.324,00 adquiridos, 3.539 unidades com venda de leite cru, ao valor de venda de R\$858.980,00. Novamente, os valores dos produtores sem área são irrisórios. No Brasil os pequenos estabelecimentos dominam a produção leiteira; acima de 80% das variáveis são atendidas por esse domínio rural. Em Goiás há maior participação dos médios e grandes estabelecimentos na produção supracitada (Gráfico 4).

Os estratos médios possuem aproximadamente 12% de participação na atividade, com 19% das vacas ordenhadas, 20% da quantidade de leite alcançada e o mesmo percentual no valor da produção, 12% das unidades com venda de leite cru, 20% do valor

² Conforme a instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nº 76, de 26 de novembro de 2018, o leite cru é o produzido em propriedades rurais, resfriado ou não, destinado aos estabelecimentos de leite e derivados sob serviço de inspeção oficial.

da venda do leite nesta condição. Os grupos de área de 1.000 a mais de 10.000ha detêm cerca de 2% dos estabelecimentos, 4% das vacas ordenhadas, percentual similar de leite produzido e valor da produção, somado a 2% das unidades com venda de leite cru, o que equivale 4% do valor da venda deste leite. Os produtores sem área controlam menos de 1% das diferentes variáveis.

Gráfico 4 – Goiás: percentual da produção leiteira em distintos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

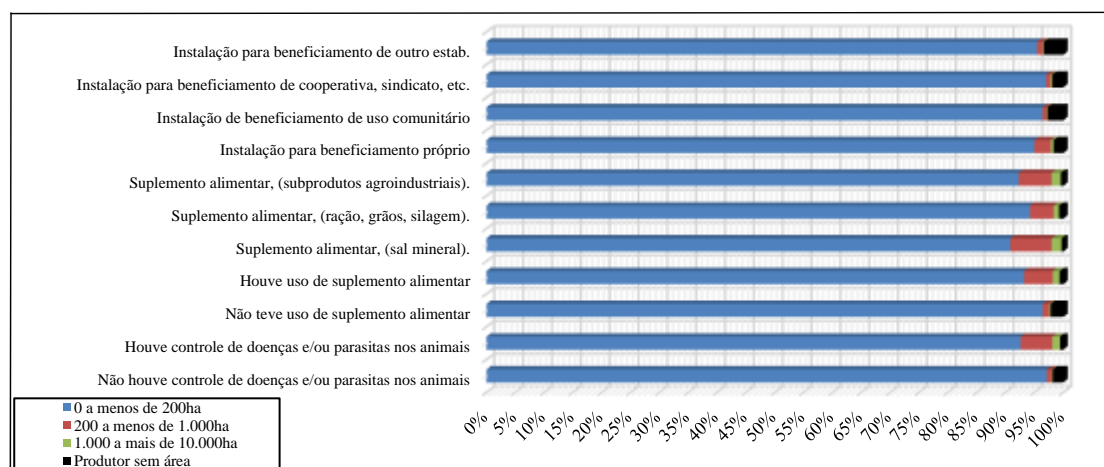
Elaboração: Silva, Edson B.

Entretanto, os pequenos grupos de área são 80% das propriedades que controlam a atividade láctea, os quais detêm cerca de 72% das vacas ordenhadas, 70% da quantidade produzida, 70% do valor da produção, 82% dos estabelecimentos com venda de leite cru e 70% do valor da venda deste leite. Portanto, são 62.415 pequenos estabelecimentos, com 831.753 vacas ordenhadas, 2.030.744 litros de leite obtidos, R\$1.991.950,00 alcançados, 41.717 estabelecimentos que vendem leite cru e R\$1.777.839,00 de valor da venda dessa variedade de leite. Em contraposição, há apenas 1.654 grandes estabelecimentos, com 45.611 vacas ordenhadas, 121.993 litros de leite alcançados, R\$132.809,00 acessados, 670 unidades que vendem leite cru e R\$116.632,00 adquiridos como a venda.

No Gráfico 5 se observa que os pequenos estratos possuem percentuais de participação superior no controle de endemias, no uso de suplementação alimentar e de equipamentos que possibilitam sua produção. Igualmente, nota-se alguma relevância em participação percentual dos produtores sem área. Esclarece-se que os cortes na pesquisa atingiram a aferição da autonomia dos proprietários na pecuária. No ano de 2006 o item lavoura temporária era subdividida em área de lavoura temporária e área plantada com

forrageiras para corte, em 2017 se fundiu em único registro estas variáveis (Censo Agropecuário, 2017). Os pequenos estratos, apesar da menção ao controle de doenças e parasitas, têm percentual superior (96%), ao não controle. A situação se repete no não uso de suplemento alimentar; os grupos sem área têm comportamento semelhante.

Gráfico 5 – Brasil: percentual de estabelecimentos segundo controle de endemias, suplementação alimentar e equipamentos de beneficiamento de alimentação - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

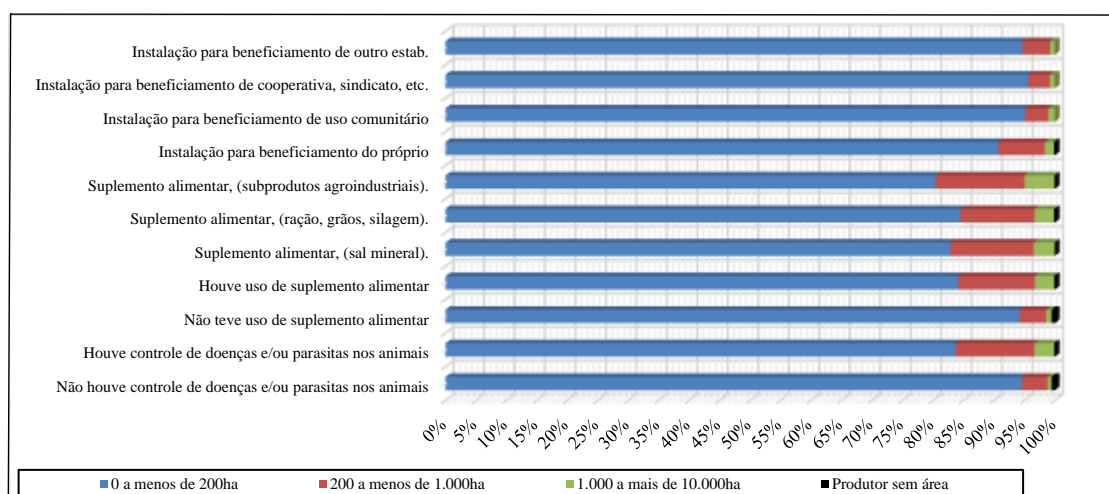
Elaboração: Silva, Edson B.

O fenômeno se mantém na utilização de sal mineral e subprodutos agroindustriais. Os médios e grandes estratos ampliam a participação comparados aos pequenos estabelecimentos e grupos sem área, quadro que se atenua no uso de ração, grãos, silagem. Os grandes e médios estratos tem maior dotação de infraestrutura própria para beneficiamento de suplemento alimentar, enquanto os pequenos e os grupos sem área fazem uso de dotações de uso comunitário, de outros estabelecimentos, cooperativas, sindicatos. O Gráfico 6 evidencia que em Goiás há diminuta participação dos grupos sem área, além do maior peso dos grandes e médios estabelecimentos no controle de doenças e parasitas.

A mesma situação se repete no uso de suplemento alimentar, no domínio de instalações de beneficiamento quando se comparam os distintos estratos de área. Em Goiás se aprofunda o caráter desigual de uso e apropriação da terra. No estado, quando se leva em conta a estrutura fundiária pela variável estabelecimento, os dados demonstram que os pequenos estabelecimentos correspondem a 81% dos estratos e 18% da área; os grandes, 7% e 55%, os médios estabelecimentos, 12% e 28%, respectivamente (Censo Agropecuário, 2017). Não que no Brasil a situação seja muito diferente, o INCRA (2018) destaca que os imóveis de 0 a menos de 250ha possuíam 17% das terras no Brasil, os de

250 a menos de 1.000ha, 33%, enquanto os de 1.000 a mais de 100.000ha possuíam 50%. O IBGE (2020) também esclarece que o Centro-Oeste, região onde Goiás se localiza, 2,4% dos estabelecimentos detinham 53,2% da área, enquanto as unidades com 50ha perfaziam 57% do total e possuíam irrisórios 3,3% das terras. O Centro-Oeste, Goiás se constituem em áreas *core* de produção de *commodities*, o que conflita com o uso para outras atividades da agricultura, principalmente de abastecimento interno.

Gráfico 6 – Goiás: percentual de estabelecimentos segundo controle de endemias, suplementação alimentar e equipamentos de beneficiamento de alimentação - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Há um cerco material, certa “*asfixia*” a produção policultura em Goiás. Mesmo assim, com maior peso dos grandes, médios estabelecimentos, os pequenos tem maior monta nos rebanhos do grosso das atividades da pecuária. Situação similar se repete na atividade leiteira, no combate de doenças, no uso de suplementos alimentares, controle de equipamentos de beneficiamento nutricional. No Brasil, quando se considera o universo da pecuária, os pequenos estratos têm maior participação na criação das diferentes espécies, na produção leiteira, no controle de endemias e uso de suplementação alimentar. Também controlam o efetivo de cab. na maioria dos ramos deste setor. Os grupos sem área, apesar de valores módicos nas distintas escalas, expressam a ausência da reforma agrária.

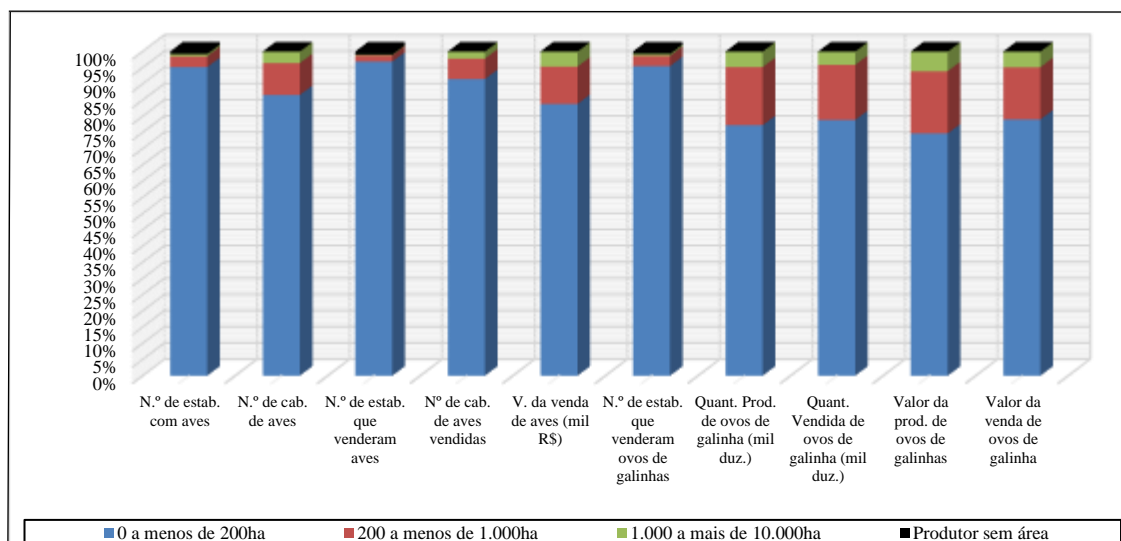
A implosão deste grupo conceito responsabiliza o Estado de invisibilização dos trabalhadores rurais sem-terra, denominação condizente com grupos sem área, ao mesmo tempo, amplia valores de produção de proprietários, que na verdade computam como sua

a produção de seus “empregados.” Também demonstra a resistência do camponês, para se reproduzir, utilizam margens de rodovias, vazantes de rios e produtos ofertados pelos biomas nacionais. De modo geral, os dados permitem problematizações de afirmações ideológicas naturalizadas no imaginário coletivo. Pode-se indagar se grandes produtores são aqueles que detêm as maiores áreas de terras. Desse modo, no próximo item far-se-á a análise de outros segmentos da pecuária.

Quadros de diferentes segmentos da pecuária no Censo Agropecuário-2017 segundo distintos estratos de área

Na avicultura se mantém o comportamento dos distintos grupos de área nas diversas atividades do setor pecuário (Gráfico 7). Os estabelecimentos de 0 a menos de 200ha contam com mais de 90% de participação no setor, detêm o mesmo percentual na venda de aves, controlam cerca de 82% do número de aves vendidas, 80% do valor da venda de aves. Igualmente, são 90% dos estabelecimentos que venderam ovos de galinha, com domínio de 73% da produção, 75% da quantidade vendida, 70% do valor da produção, 75% do valor da venda

Gráfico 7 – Brasil: percentuais da atividade avícola em distintos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

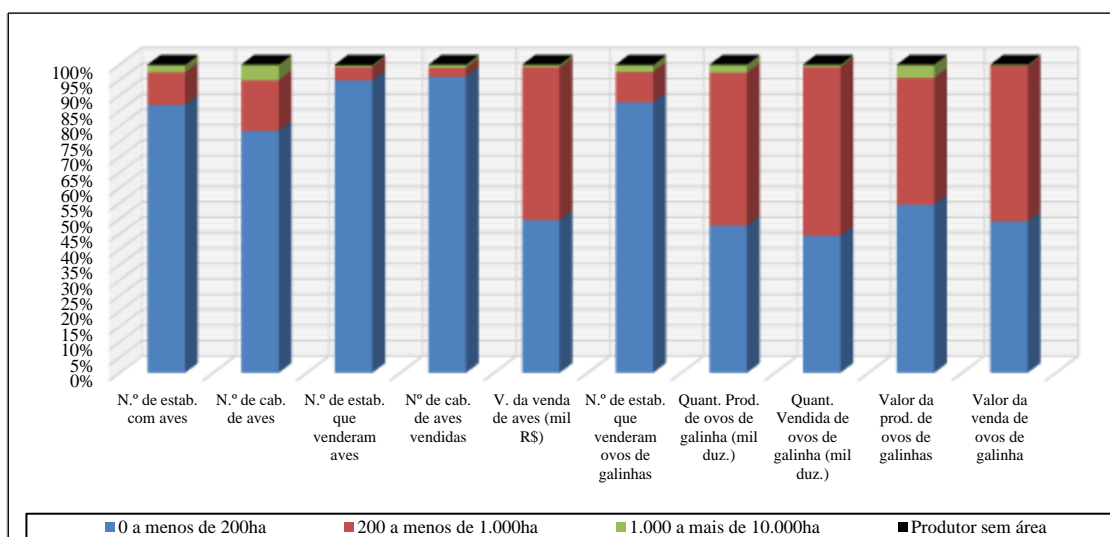
Elaboração: Silva, Edson B.

Isso significa dizer que os pequenos estabelecimentos tinham 1.179.321cab. de aves, 7.503.380cab. vendidas, perfazendo R\$10.457.810,00. Acrescenta-se 3.610.484

dúzias de ovos de galinha, 2.792.982 dúzias vendidas, o que resultou em R\$8.472.563,00 em valor de venda. Por outro lado, os grandes estratos possuíam 47.562cab., 179.821cab. vendidas, o que resultou em dividendos de R\$576.967,00. Soma-se a isso 222.410 dúzias de ovos, 145.277 dúzias vendidas, o que significou R\$518.916,00.

Os médios estabelecimentos tinham 134.707cab., 514.711cab. vendidas, com valor de R\$1.430.890,00 obtido. Adiciona-se 837.979 dúzias de ovos, 600.443 dúzias vendidas, com valor de R\$1.727.242,00 arrecadado. Os grupos sem área contam com diminuta participação nesse ramo. Goiás é o sexto estado em produção de galináceos e o sétimo na produção de ovos no Brasil (IBGE, 2020). Nele, comparado ao Brasil, há maior participação dos médios estabelecimentos e redução dos grandes estratos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Goiás: percentuais da atividade avícola em distintos grupos de área - 2017



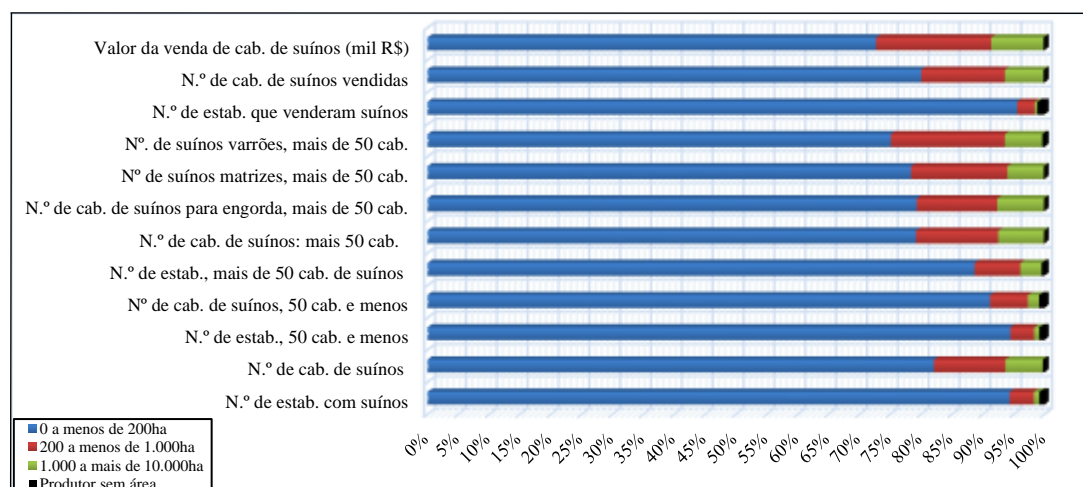
Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Os médios grupos de área perfazem 10% dos estabelecimentos, contra 86% dos pequenos e menos de 5% dos grandes. Também controlam 16% das cab. de aves, menos de 5% das cab. de aves vendidas, 70% do valor da venda. Também possuem 47% da quantidade produzida de ovos de galinha, 54% da quantidade vendida, 49% do valor da venda (Gráfico 8). Os grupos sem área mantêm posição diminuta no segmento. Os pequenos estabelecimentos, apesar de variações percentuais descentes, levando em conta a escala nacional, lideram no número de unidades com aves e que comercializaram galináceos, no quantitativo de aves e galináceos comercializados, no valor da produção de ovos de galinha (Gráfico 8).

São 89.121 pequenos estabelecimentos, com 71.876cab. de aves, 1.219.695 cab. vendidas, R\$1.156.471,00 arrecadados, 112.779 dúzias de ovos, 87.772 dúzias vendidas, e valor de venda e de produção de R\$273.914,00, R\$448.620,00. O cenário apresentado se mantém na suinocultura. Os pequenos estabelecimentos dominam o percentual em cab. de suínos, os valores abaixo de 50 cab., com leve redução no domínio de 50 cab. ou mais, inclusive nos animais em engorda, na condição de matrizes, varrões, no número de cab. vendidas e no valor de venda obtido (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Brasil: percentual da produção suína em distintos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

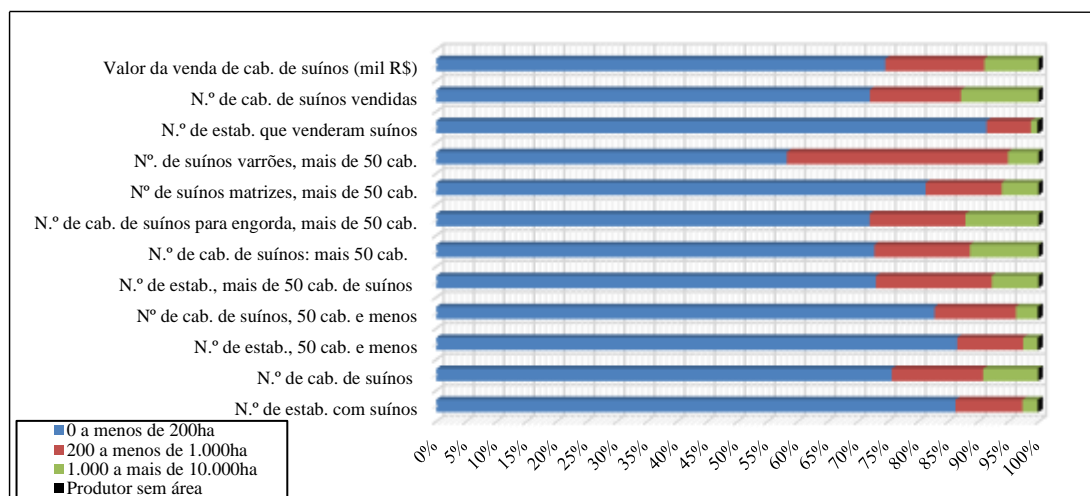
Esta redução é acompanhada pela ampliação dos grandes e essencialmente dos médios grupos, mas os pequenos estratos controlam de 74% a 90% das variáveis apresentadas, enquanto os grupos sem área têm participação diminuta (Gráfico 9). Os grupos de 0 a menos de 200ha detinham 32.303.887cab., 8.678.106 cab. quando se toma as unidades com 50 cab. ou menos, 23.625.781cab. no caso daquelas acima de 50cab., 21.469.566cab. para engorda, 1.986.470 matrizes nos estabelecimentos com mais de 50cab., 169.745 varrões naquelas com mais de 50cab., 53.616.947cab. vendidas, o que significou R\$8.366.625,00.

Em contraposição, nos estratos de 200 a menos de 1.000ha, esses valores eram de 4.557.406cab., 584.802cab. nas unidades com 50cab. ou menos, 3.972.604cab. naquelas com 50cab. ou mais, 3.534.527cab. de engorda, 396.270 matrizes, 41.807 varrões, 9.084.147cab. vendidas, que culminou em R\$2.144.481,00. As propriedades com 50 cab. ou menos de suínos tiveram menor detalhamento na aferição. Nelas não foi contabilizado

o número de matrizes, varrões e suínos para engorda, isso atingiu basicamente os pequenos estratos de área. Goiás, confrontado com o Brasil, mostra redução de participação dos grupos sem área, maior destaque dos médios e grandes estratos de área, embora os pequenos estabelecimentos controlem de 57% a 90% de todas as variáveis (Gráfico 10). O estado é o sétimo colocado na criação de suínos (IBGE, 2020).

Em dados absolutos, levando em conta valores dos dois grupos com maior peso, os pequenos estabelecimentos são 60.693 dos edifícios rurais na atividade, com domínio de 1.689.826cab., 2.794.580cab. vendidas, R\$389.504,00 obtidos. Além de 59.680 dos estabelecimentos com 50cab. ou menos, com controle de 535.394cab., 1.013 das unidades com 50cab. ou mais, conservando 1.154.292cab., 1.007.827cab. para engorda, 134.450 matrizes, 12.015 varrões (Gráfico 10). Em contrapartida, nos médios estratos de área esses valores são de 7.821 estabelecimentos, 338.713cab, 586.669cab. vendidas, R\$85.796,00 arrecadados, 87.350 das propriedades com 50cab. ou menos, 267 das com mais de 50cab., 222.901cab. para engorda, 20.882 matrizes, 7.580 varrões (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Goiás: percentual de produção suína em distintos grupos de área - 2017



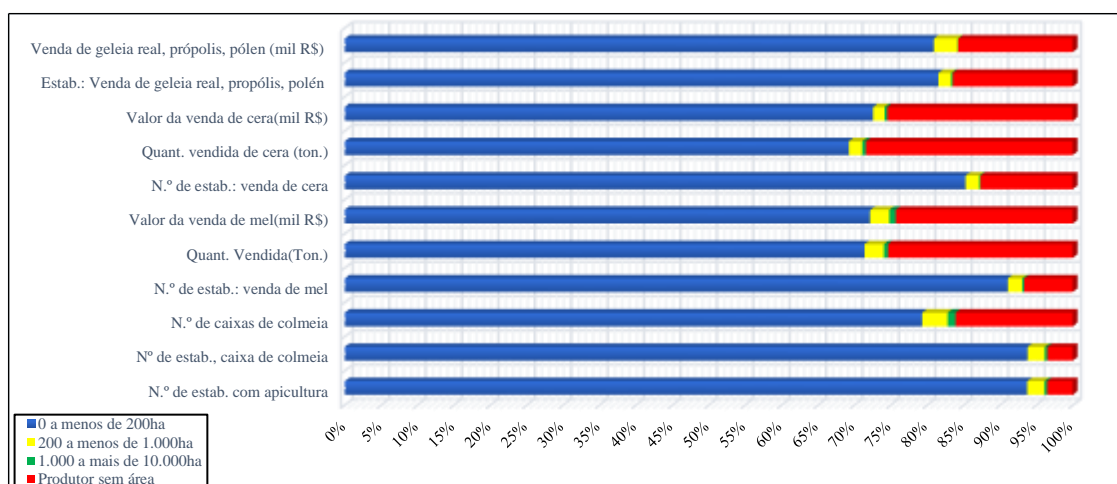
Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Na apicultura, além da primazia dos pequenos grupos de área, nota-se participação de monta dos grupos sem área, queda nos percentuais dos médios estabelecimentos e principalmente dos grandes grupos de área (Gráfico 11). Os pequenos estratos são 90% daqueles com venda de mel, 84% de cera, 81% de geleia real, própolis, pólen, 93% com caixa de colmeia. Somado ao controle de 78% das caixas de abelha, 70% da quantidade em ton. vendida de mel, 71% do valor da comercialização de mel, 68% da quantidade em

ton. vendida de cera, 68% do valor da negociação de cera, 80% da venda de geleia real, própolis e pólen. Por outro lado, os grupos sem área são 4% das unidades no setor e com caixa de colmeia, 7% com comercialização de mel, 13% com transações de cera, 16% com negociações de geleia real, própolis e pólen.

Gráfico 11 – Brasil: percentuais da produção apícola em distintos estratos - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

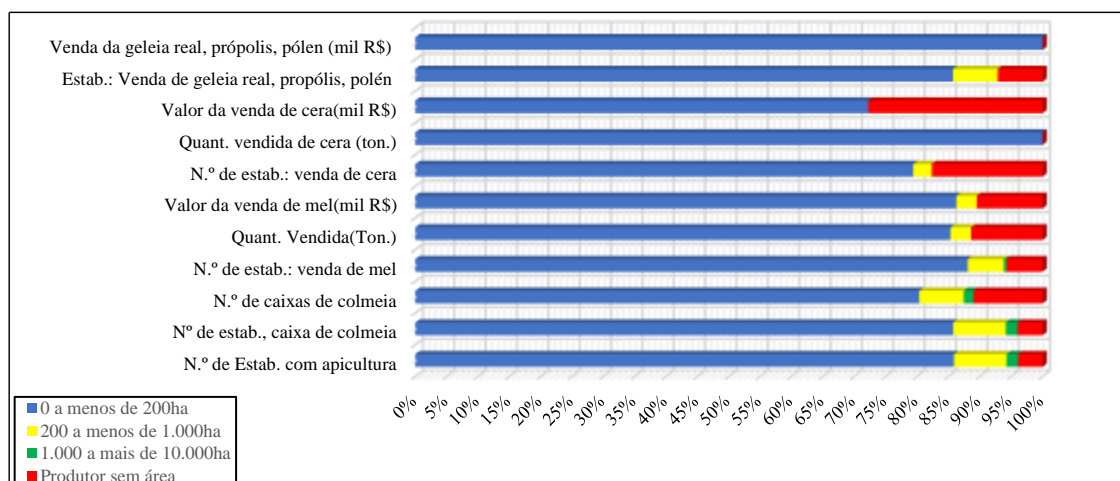
Elaboração: Silva, Edson B.

Acrescenta-se que os grupos sem área detêm 16% das caixas de abelha, 25% da quantidade vendida em ton. de mel, 24% do valor da venda, 29% do montante em ton. de cera, 26% do valor das negociações de cera, 15% das trocas de geleia real, própolis e pólen. No estado de Goiás, correlacionado à escala nacional, observa-se conservação do nível de participação dos pequenos estabelecimentos, ampliação da relevância dos médios, peso relativo dos grupos sem área (Gráfico 12). Em contraposição, os grandes grupos de área são insignificantes na apicultura. Os pequenos estratos são 85% das propriedades na atividade apícola e com caixas de colmeia, 87% com venda de mel, 78% com negociações de cera, 85% com vendas de geleia real, própolis e pólen (Gráfico 12).

Inclui-se também o domínio de 79% das caixas de colmeia, 84% da quantidade em ton. negociada de mel, 85% do percentual das transações de mel, 98% da quantidade de cera comercializada, 71% do valor das negociações de cera, 98% do valor vendido em geleia real, própolis, pólen (Gráfico 12). Quanto aos grupos sem área, são 4% dos estabelecimentos na atividade apícola, em posse de caixas de colmeia, 7% nas movimentações financeiras com mel, 18% com cera, 7% com geleia real, própolis e pólen.

Soma-se o controle de 11% das caixas de colmeia, da quantidade vendida em ton. de mel, do valor negociado deste produto, 1% em ton. comercializado de cera, 28% do valor vendido, 1% do rendimento com geleia real, própolis e pólen.

Gráfico 12 – Goiás: percentuais da produção apícola em distintos estratos - 2017



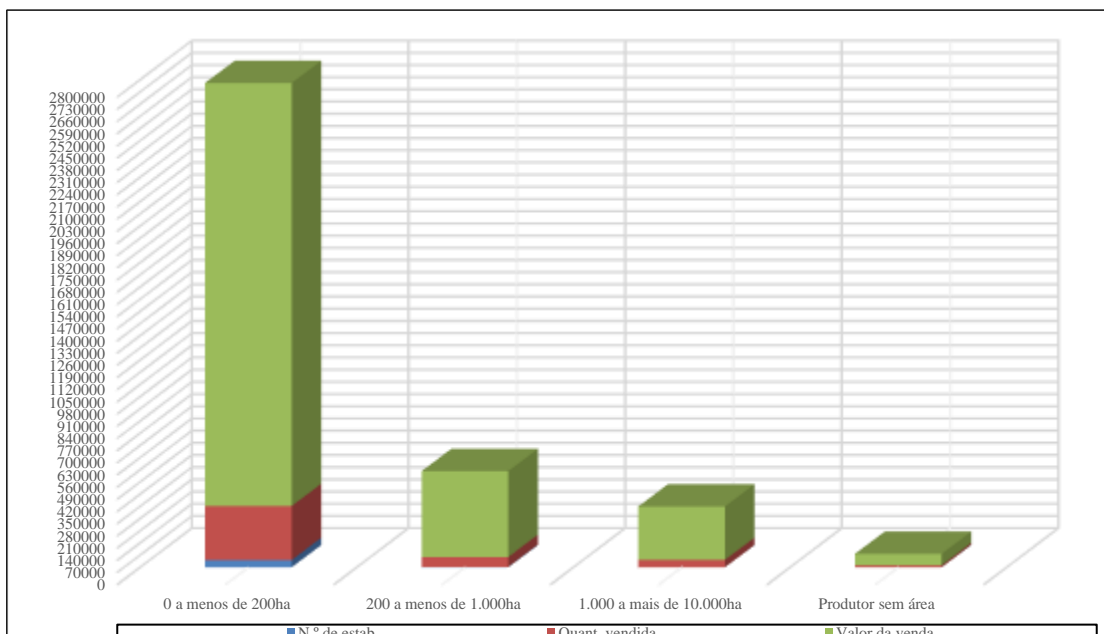
Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

De modo geral, no Brasil e em Goiás as pequenas propriedades e os grupos sem área controlam as atividades da apicultura. Goiás ocupa a décima sétima posição no valor da produção de mel no Brasil, com destaque para os estados do Paraná, Piauí e o Rio Grande do Sul (IBGE, 2024). Na aquicultura os grupos sem área têm pouco peso, os médios estabelecimentos ampliam sua participação, os pequenos estratos conservam sua contribuição de monta, as grandes unidades detêm pouca contribuição (Gráfico 13).

Logo, os estratos de 0 a menos de 200ha são 41.847 das propriedades na atividade, com posse de 310.598ton. de peixes, camarões e mexilhões vendidos, o que significou R\$2.428.651,00. Os médios estabelecimentos são 2.134 propriedades, com controle de 57.142ton. e valores conquistados de R\$493.333,00. Por outro lado, os grandes estratos representam irrisórios 448 estabelecimentos, com 42.542ton. negociadas e R\$306.573,00 alcançados. No Brasil os três maiores produtores de artigos da aquicultura são Paraná, São Paulo e Rondônia, Goiás é apenas o décimo terceiro colocado (IBGE, 2020). No estado, confrontado com a escala nacional, o cenário se mantém na atividade aquícola (Gráfico 14).

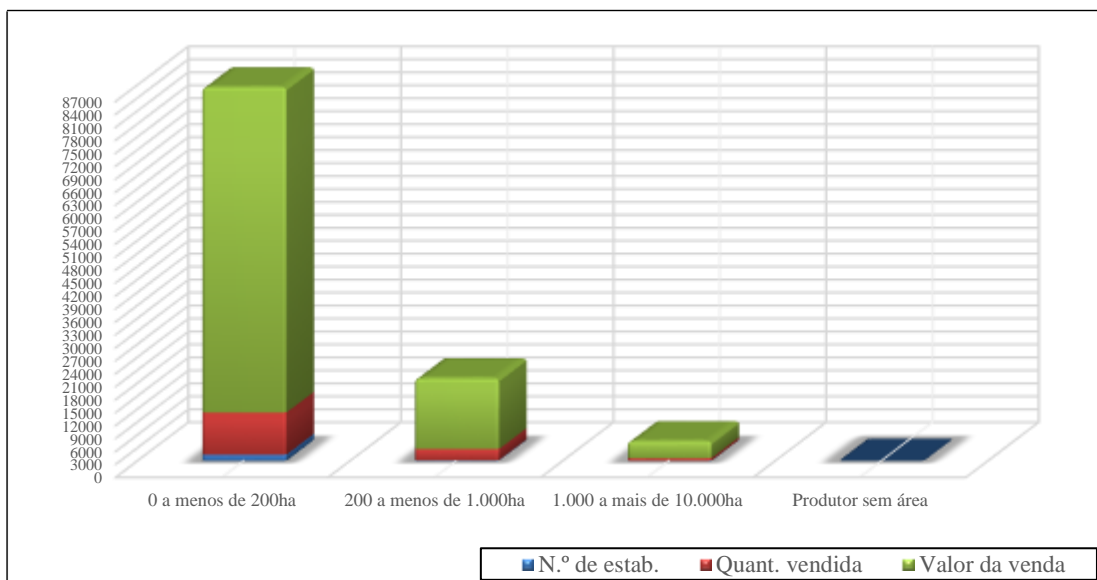
Gráfico 13 – Brasil: venda de produtos da aquicultura segundo os estabelecimentos, a quantidade vendida, o valor da venda em diferentes grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Gráfico 14 – Goiás: venda de produtos da aquicultura segundo os estabelecimentos, a quantidade vendida, o valor da venda em diferentes grupos de área - 2017



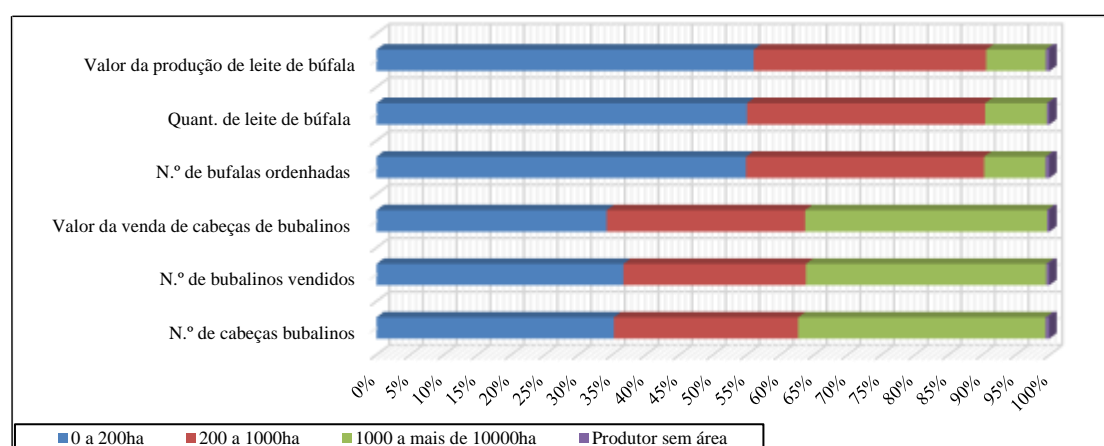
Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

São 1.393 pequenas unidades no setor, 9.733 ton. negociadas e R\$75.364,00 obtidos. Também existem 115 médios estabelecimentos, com venda de 2.582ton. e R\$16.433,00 conquistados. Por outro lado, os grandes grupos de área são apenas 27 propriedades, com comercialização de 583ton. e R\$3.983,00 alcançados. Goldfarb e Mitidiero Junior (2021) informam que, conforme dados do governo federal, o Brasil importou em 2020, 1,1 bilhão de dólares em peixes. O Brasil possui a segunda maior rede hidrográfica do mundo e 7 mil km de litoral para desenvolvimento da piscicultura.

Por isso é contraditório o Brasil possuir números superavitários em outras atividades da agropecuária e importar produtos da piscicultura facilmente produzidos no território nacional. Em Goiás também há uma rede hidrográfica significativa e inúmeros lagos artificiais de usinas hidrelétricas que poderiam ser utilizados na atividade aquícola. Em contraposição às outras atividades pecuárias, a bubalinocultura tem maior domínio dos médios, grandes estabelecimentos, comparado aos pequenos estratos, enquanto os grupos sem área são irrisórios no setor (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Brasil: percentuais de búfalos em distintos dos grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

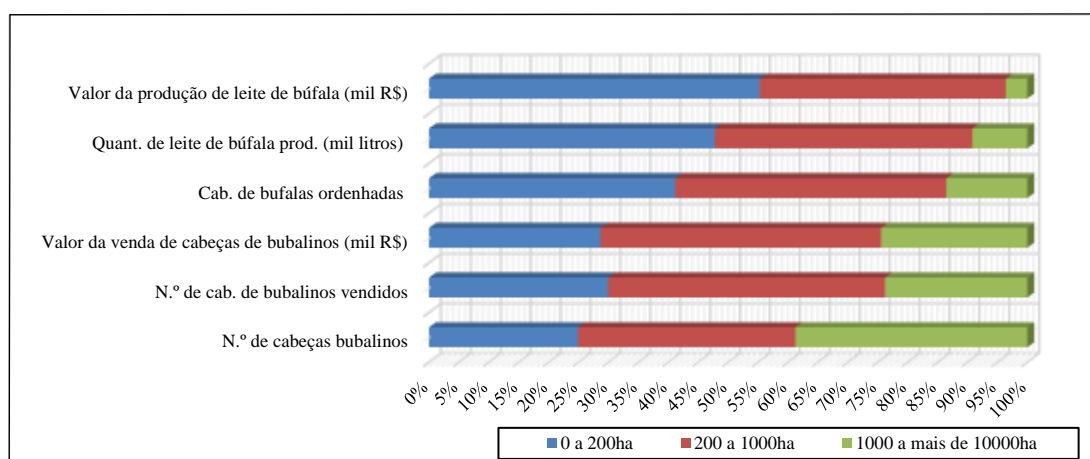
Elaboração: Silva, Edson B.

Os estratos de 0 a menos de 200ha detinham 38% do número de cab. de bubalinos, contra 26% dos médios e 37% dos grandes estratos. No quantitativo de bubalinos vendidos esses valores eram aproximadamente de 40%, 27%, 35%, nesta sequência. No percentual do valor de cab. negociadas, 37%, 27%, 38% e no cômputo de búfalas ordenhadas, 53%, 35%, 10%, nesta ordem (Gráfico 15). Os pequenos estabelecimentos também produziam 53% do leite de búfala, em oposição a 36% dos médios e 9% das

grandes. No que se refere ao valor de produção de leite de búfala, os dados eram de 54%, 35% e 9%, nesta ordem (Gráfico 15). Em Goiás, comparado ao Brasil, o cenário se repete, com aumento percentual na participação dos médios estabelecimentos, redução do peso dos pequenos (Gráfico 16).

Os pequenos estratos de área possuíam 24% do percentual de cab. de bubalinos, contra 35% dos médios, 40% dos grandes (Gráfico 16). No que concerne ao quantitativo de bubalinos vendidos, os percentuais eram de 29%, 37%, 25%, enquanto para o valor da venda de cab. os dados se circunscreviam a 27%, 47%, 26%, nesta ordem. Os pequenos estabelecimentos também continham 40% das búfalas ordenhadas, em contraste com 45% nos médios e 15% nos grandes. Nos valores de produção de leite, os resultados eram de 46%, 43% e 11%, enquanto no valor da produção se aproximavam de 54%, 41% e 5%, nesta sequência.

Gráfico 16 – Goiás: percentuais de búfalos em distintos dos grupos de área - 2017

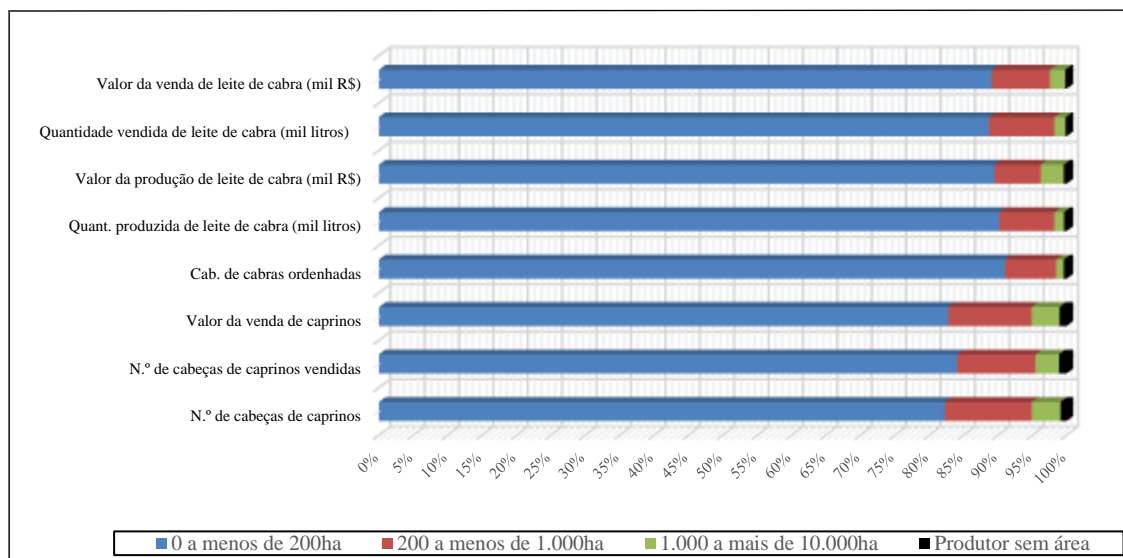


Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Em Goiás os grupos sem área não participam da bubalinocultura (Gráfico 16). Em regra, os percentuais demonstram, tanto no Brasil quanto em Goiás que os pequenos estabelecimentos controlam a atividade láctea do setor, enquanto os grandes e principalmente médios estratos são majoritários na criação e comercialização de bubalinos. O estado ocupa a décima posição na criação de búfalos no Brasil. Essa atividade se concentra na região norte do país (IBGE, 2024). Na caprinocultura os pequenos estratos dominam a atividade, junto com os médios controlam a criação de caprinos (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Brasil: percentuais da caprinocultura em diferentes grupos de área - 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, 2019 (Censo Agropecuário, 2017).

Elaboração: Silva, Edson B.

Nos pequenos grupos de área estão, majoritariamente, os caprinos (80%), as cabras ordenhadas (90%), os caprinos negociados (83%), os números superiores em venda de animais (81%), em litros de leite retirados e vendidos (89%, 82%), (Gráfico 17). As grandes propriedades e os grupos sem área têm pouco vulto no setor. Goiás, igualmente, tem pouco peso na atividade. Não obstante, as pequenas propriedades possuem 44% do número de animais, 59% do percentual de cab. vendidas. Soma-se 62% do valor da venda, 82% das cabras ordenhadas, 90% do valor da produção do leite, 91% do valor da venda (IBGE/SIDRA, 2019).

Na pecuária brasileira, nos estabelecimentos de 0 a menos de 200ha, cerca de 79% das terras utilizadas são próprias, 6% concedidas por órgão fundiário, sem titulação definitiva, 4% arrendadas, 2% em parceria, 6% em regime de comodato e 3% ocupadas.

Nos médios estabelecimentos, 88% são próprias, 1% concedidas, 7% arrendadas, 1% em parceria, 2% em comodato, 1% ocupadas. Nos grandes grupos de área, os valores são de 89%, 1%, 6%, 1%, 2%, 1%, nesta ordem (IBGE/SIDRA, 2019). Em Goiás, nos pequenos estabelecimentos, cerca de 79% das terras são próprias, 10% concedidas, 5% arrendadas, 1% em parceria, 3% em regime de comodato, 2% ocupadas. Nos médios, 89% são próprias, 1% concedidas, 6% arrendadas, 1% em parceria, 2% em comodato e 1% ocupadas. Nas grandes propriedades os percentuais são de 90%, 1%, 5%, 1%, 2%, 1%, respectivamente. Os dados de terras utilizadas expressam a importância da luta pela

terra e pela reforma agrária, além de revelarem permanência de proprietários absenteístas, de formas de extração de renda pré-capitalistas.

De modo geral, os dados expostos no texto demonstram a eficiência e a eficácia dos pequenos estabelecimentos. Apesar do menor domínio das terras, lideram a produção nas distintas atividades da pecuária. Em Goiás, apenas na bubalinocultura predominam os médios grupos de área. Barbosa; Mitidiero Junior; Sá (2017) expõe que, mesmo na bovinocultura, sinônimo de enormes fazendas, famosos “*reis do gado*”, os pequenos estratos superam os grandes estabelecimentos. A conveniência dos pactos políticos garante prevalência da grande propriedade como sinônimo de grande produção (Paulino, 2015). Abandonam-se políticas agrárias democratizantes, cumprimento da função social da terra, permanece a maior apropriação dos fundos públicos pelos latifundiários. Instala-se na agricultura o mito da grande propriedade tecnificada como modelo ideal.

Protege-se o latifúndio improdutivo porque representa renda fundiária capitalizada, estoque de terras à disposição do agronegócio, dos capitais mineradores e financeiros (Paulino, 2015; Alentejano, 2020). O Plano Safra 2024/2025 disponibilizou R\$400,59 bilhões à agropecuária (Craide e Vilela, 2024). A agricultura empresarial abocanhou 81,03% dos recursos, os pequenos estratos detiveram somente 18,97%. Como comprova este texto, Paulino (2015) mostra que os pequenos estabelecimentos são as maiores responsáveis por geração de receita agrícola e de empregos no campo. Barbosa; Mitidiero Junior; Sá (2017) expõem que nelas se gera mais trabalho, renda e produz a maior parte da comida disponibilizada aos brasileiros(as).

Portanto, os dados arrolados, aqueles descritos por Paulino (2015), Barbosa; Mitidiero Junior; Sá (2017) comprovam que a pequena produção não é sinônimo de pequena propriedade. Quanto maior o estabelecimento, quase sempre, menos produtivo se apresenta. Nisto se manifesta a questão agrária, ignorada pelos ideólogos do agronegócio. Eles difundem que não existem mais latifúndios improdutivos, mas esses persistem, a despeito da engenharia linguística, da estratégia de classe, com reificação do termo agronegócio (Paulino, 2015). Banir o latifúndio do léxico científico significa renunciar a discussão da reforma agrária.

Os dados da produção pecuária sinalizam a face rentista do capitalismo brasileiro. Segundo Teixeira (2014), sustentado em dados do INCRA, das 130,5 mil grandes propriedades rurais brasileiras, 69,2 mil eram improdutivas, o que representava 228,5

milhões hectares. São áreas detidas como reserva de valor, reserva patrimonial, para acesso a financiamentos, políticas de incentivos governamentais (Oliveira, 2007). Como informa Martins (1994), ninguém escapa da questão agrária e do latifúndio, mesmo quem não quer ver. As oligarquias dominam a terra e o território, de tal modo que ninguém governa o Brasil sem alianças com os latifundiários. A modernização se realiza no limite da tradição; o progresso, sob a baliza da ordem; o novo é gestado a partir do velho.

Qualificar o campo como moderno, livre das peias do latifúndio e das oligarquias é ser obtuso ao trabalho análogo a escravidão, à superexploração do trabalho, às terras improdutivas. Entretanto, como hipótese, também é contraproducente dizer que os camponeses não se inserem de modo subordinado no agronegócio. Como se sustentam as corporações de beneficiamento, comercialização de carnes, se como ficou claro no texto a produção advém principalmente dos pequenos estabelecimentos? Goldfarb e Mitidiero Junior (2021) esclarecem que, mesmo a campanha publicitária: “*Agro - A Indústria - A Riqueza do Brasil*” inclui a agricultura familiar. As dicotomias fragilizam a análise; evidente que a propaganda supracitada pretende envolver tudo e todos.

Nisto se oblitera o conteúdo de classe, são equiparados camponeses e grandes proprietários, como fez o termo ideológico “produtor”, difundido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em 1980 (Alentejano e Pereira, 2014). Assim como naquele momento, a propaganda encobre desigualdades entre proprietários de terra e forja falsas horizontalidades. As expropriações se convertem em sinônimo de ineficiência produtiva e de incompetência técnica. O agronegócio é um pacto de poder de economia política, com unidade de interesses de classe no interior do Estado, tendo com fim lucro e renda da terra (Delgado, 2012). O que se vê é que há alianças de classe da oligarquia agrária com as corporações multinacionais, permeadas pelo capital financeiro.

Se a propriedade dividida, fragmentada em pequenas unidades não é incompatível com o capital monopolista, podendo ser condição de sua reprodução (Martins, 1986). Entende-se que ganha centralidade o debate da renda da terra. O que se vê no agronegócio é que os capitalistas subjagam os camponeses nas cadeias agroindustriais. No caso analisado, na atividade pecuária, pequenos proprietários integrados são subordinados na aquisição de rações, grãos, subprodutos agroindustriais, sais minerais e medicamentos para controle de doenças e parasitas, instalação de equipamentos para beneficiamento de alimentação animal, em negociações com as corporações lácteas e do complexo de carnes.

Portanto, nessa condição, a renda diferencial, no momento de circulação da mercadoria, é drenada pelos capitalistas (Martins, 1986). Somente em condições excepcionais os camponeses se apropriam da renda camponesa. Isso não reduz o papel da agricultura familiar na geração de renda e emprego, na circulação de divisas, na arrecadação de impostos, no aquecimento e na dinamização das economias municipais. É suficiente notar no texto os significativos valores de produção obtidos pelas pequenas propriedades na produção láctea, na avicultura, suinocultura, aquicultura. A isso se soma o fato de que, para a realização dessas e de outras atividades, instalam-se fluxos de insumos, de animais, de produtos industrializados no espaço, dinamizando cidades no território nacional (IBGE, 2020).

Trata-se dos circuitos espaciais de produção, de cooperação das regiões produtivas agropecuárias, que convertem cidades em centros urbanos funcionais (Elias; Pequeno, 2016). Também se discerne que, nos pequenos estratos e nos grupos sem área, existem tanto camponeses tradicionais, como pequenos capitalistas tecnificados (Barbosa; Mitidiero Junior; Sá, 2017). O campesinato brasileiro não é homogêneo, uma vez que se incluem inúmeras frações e estratos sociais. A diversidade camponesa nos permite falar de campesinat(os), apesar da maior fração ser de agricultores camponeses proprietários.

Considerações finais

O retrato organizado, segundo os distintos grupos de área e a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE, não deixa dúvida de que os pequenos estabelecimentos são mais eficientes e eficazes na atividade pecuária. Os dados expõem a superioridade produtiva deles nas distintas atividades da pecuária quando comparados aos demais estabelecimentos. Os médios estratos têm algum peso na pecuária brasileira, condição que assume maior monta em Goiás. Os grupos sem área, com produção irrisória, são invisibilizados. É perceptível o desinteresse do Estado em promover a reforma agrária. Há uma contradição, os maiores estabelecimentos, em sua maioria permanecem sendo usadas como reserva de valor, reserva patrimonial. O mito do grande estrato de área tecnificado, produtivo não resiste aos dados organizados segundo distintos grupos de área. O Estado abona o descumprimento da função social da terra, fere o artigo 186 da Constituição Federal de 1988.

De igual modo, o Estado coaduna com maior aplicação dos fundos públicos pelos latifundiários, com a manutenção do campo brasileiro desigual, encerrado em relações que subjuguem o trabalho, que promove situações de acumulação primitiva. A negação da reforma agrária, de limites à propriedade, a discrepância no acesso aos fundos públicos, expressam cerco institucional ao campesinato. São, sobretudo, os camponeses que disponibilizam a carne de frango, o leite de vaca, de cabra, de búfala, a carne suína, o mel e o peixe na mesa dos brasileiros. Além de desvalorizados pelo Estado, na condição de integrados, veem a renda diferencial, no momento de circulação da mercadoria, ser drenada pelos capitalistas a montante e a jusante da produção pecuária, pelo capital financeiro.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela produção deste artigo, visto que a projeto de pesquisa nº 409.268/2023-2 do qual se origina, tem sido desenvolvido com o apoio da respectiva agência de fomento.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista Da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p.353–392, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12434>

ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, João Márcio Mendes. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. In: BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter et al. (org.). **Capitalismo: tierra y poder em América Latina** (1982-2012). Cidade do México, México: Casa Abierta al tiempo, 2014. p.63-130.

BARBOSA, Humberto Junior; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SÁ, Thiago Herick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, p.7-77, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540>

CRAIDE, Sabrina; VILELA, Pedro Rafael. Plano Safra para grandes produtores rurais soma R\$400 bilhões em 2024. **Agência Brasil**, Economia, Brasília, publicada em 3 de jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> Acesso em: 7 jul. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século** (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 31 jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13727>

GOLDFARB, Yamila; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA-Friedrich Ebert Stiftug, 2021. 40 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro, v.08, p. 01-105, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário> Acesso em: 8 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 323p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rebanhos de búfalos, caprinos, produção de mel de abelha 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria> Acesso em: 23 abr. 2024.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra> Acesso em: 7 jul. 2024.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa MAPA, nº 76, de 26 de novembro 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura> Acesso em: 25 jun. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986. 185p.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994. 174p.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo Agropecuário 2017: O que revela o censo do golpe?** São Paulo: Lutas Anticapital, 2022. 312p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 18p.

PAULINO, Eliani Tomiasi. Institucionalidades frágeis e territórios altivos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil. **Revista Geonordeste**, n. 1, p. 103-123, jan./jul. 2015.

TEIXEIRA, Gerson. **Das 130,5 mil grandes propriedades rurais, 69,2 mil são improdutivas**. MST, 27 de out. de 2014. Disponível em: <https://mst.org.br> Acesso em: 24 jul. 2024.

Recebido em 26/08/2024. Aceito para publicação em 31/10/2024.